

Surge central sindical ligada ao PMDB

O ministro do Trabalho, Manoel Dias (PDT), acatou recurso da Central de Sindicatos do Brasil (CSB), ligada ao PMDB, e a reconheceu como uma central sindical, o que lhe dará direito a receber uma parcela do imposto sindical, que distribuiu R\$ 122 milhões em 2012, e a ter voz em órgãos do governo como o Conselho Deliberativo do FAT.

O Brasil volta a ter seis centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho: a CUT, ligada ao PT e que representa 33,67% dos sindicalizados; a Força Sindical, próxima ao Solidariedade, PSDB e PDT, com 12,33%; a UGT, com dirigentes filiados a PSD, PPS e PV, com 11,67%; a CTB, ligada a PCdoB e PSB, com 9,13%; a Nova Central, apartidária e com 7,84%; e agora a CSB, ligada ao PMDB.

Formada há dois anos por um grupo de sindicatos que dirigia a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a central perdeu o controle da organização depois de uma disputa judicial com outro agrupamento com quem dividia o poder e que era formado por integrantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), hoje à frente do Partido Pátria Livre (PPL) e ainda no comando da CGTB.

A decisão sobre a nova central foi publicada ontem no “Diário Oficial da União”. Segundo a portaria, os 450 sindicatos da CSB representam 7,34% dos trabalhadores sindicalizados do país, equivalente a 621 mil pessoas. Por lei, só recebem imposto sindical as centrais com mais de 7% dos sindicalizados do país. Diferenças sobre o entendimento de quais atas deveriam ser aceitas atrasaram a divulgação dos dados de 2014 em três meses, quando foi decidido que a CSB não tinha atingido o critério de representatividade. Mas a central entrou com outro recurso, validado na segunda-feira em despacho do ministro depois de consulta à Controladoria-Geral da União (CGU).

O secretário de Relações do Trabalho do ministério, Manoel Messias, afirma que inicialmente tinha negado a contabilização das atas por entender que a legislação não dizia nada sobre o pedido da CSB – mesmo entendimento da CGU – e que, com o vazio normativo, coube a Manoel Dias decidir. “O ministro, por precaução, oficiou a CGU para saber se existia problema em validar as atas e, como a resposta foi negativa, atendeu ao pedido”, diz.

Fonte: Valor Econômico